



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA**  
SECRETARIA ESPECIAL DOS DIREITOS HUMANOS  
**SUBSECRETARIA DE PROMOÇÃO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**  
Esplanada dos Ministérios, Bloco T, Ed. Anexo II, Sala 424  
70064-900 – Brasília/DF  
Telefone: 61 3429-3225 Fax: 61 3223-4889

**PLANO PRESIDENTE AMIGO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – 2004/2007**

**RELATÓRIO ANUAL DE ACOMPANHAMENTO (JAN – DEZ/2005)**

**SUMÁRIO EXECUTIVO**

**Compromisso I -Promovendo Vidas Saudáveis**

Tendo em vista o art. 7º do ECA e o art.227 da CF, o Governo Brasileiro assumiu o compromisso da construção de um país mais adequado às necessidades de suas crianças, por meio de políticas públicas que garantam o acesso à saúde de qualidade. O objetivo explícito é melhorar e ampliar os serviços de saúde prestados às crianças e aos adolescentes. O compromisso I se divide em cinco desafios, analisados separadamente a seguir.

**Desafio 1: Redução da Mortalidade Infantil**

O objetivo específico do desafio 1 é reduzir a taxa de 27 óbitos de crianças menores de um ano para cada grupo de mil crianças nascidas vivas para 24 óbitos por mil nascimentos em 2007. Observou-se no período 2002-2004 uma redução contínua nas taxas de mortalidade infantil em todas as regiões do país, sendo que a taxa em 2002 era de 24,3/1000, e em 2004 de 22,6/1000 – redução de 7,1%. A região Nordeste apresentou a maior taxa de redução no período (8,7%).

A principal causa de mortalidade são as afecções perinatais, que representam 55,45% das mortes, seguida pelas doenças infecciosas (7,58%) e respiratórias (6,66%). Esse segundo grupo está associado a condições gerais de vida, em especial condições sanitárias, e é maior em regiões pobres como o Norte e o

Nordeste, enquanto as afecções perinatais são proporcionalmente mais presentes nas regiões Sul e Sudeste.

A mortalidade infantil é maior no período neonatal (até 27 dias de vida) - em especial na primeira semana, que concentra exatos 50% da mortalidade infantil total. Nessa semana as afecções perinatais atingem 82,8% dos óbitos. No pós-neonatal, a principal causa de mortes são as doenças infecciosas (20,3%), e a redução da mortalidade foi mas significativa entre 2002 e 2004 (8,4%).

Por fim, cabe ressaltar que a taxa de mortalidade infantil está fortemente relacionada à escolaridade da mãe. Enquanto no grupo que compreende mulheres com até 3 anos de estudo a taxa é de 34,9, no grupo de 8 ou mais anos de estudo a taxa cai para 15,1.

No que se refere às políticas públicas específicas, a Agenda de Compromissos para a Saúde Integral da Criança e Redução da Mortalidade Infantil reúne um conjunto de medidas articuladas que organizam a atenção à saúde desse segmento. As principais estratégias são: a vigilância à saúde da criança; a vigilância da mortalidade materna e infantil; a capacitação das equipes de atendimento; e a organização das linhas de cuidado.

As principais linhas de cuidado, cuja articulação permite garantir um cuidado integral e contínuo, são: a promoção do nascimento saudável; o acompanhamento do recém-nascido de risco; o acompanhamento do crescimento e desenvolvimento e imunização; a promoção do aleitamento materno e alimentação saudável; e a abordagem das doenças respiratórias e infecciosas.

Dentre os avanços observados em 2005, destacam-se a expansão no número de gestantes que concluíram todas as ações preconizadas pelo Programa de Humanização do Parto e Nascimento (PHPN), de 26.111 para 117.817; o cadastro de 280 novos leitos de UTI neonatal; a distribuição de 3,5 milhões de Cadernetas de Saúde da Criança em maternidades públicas e privadas de todo o país; e a instalação de seis novos Bancos de Leite Humano.

## **Desafio 2: Redução da Mortalidade Materna e Atenção à Saúde Reprodutiva**

O objetivo específico do desafio 2 é reduzir a mortalidade materna em 15% até 2007, de 74,5 óbitos por 100 mil nascidos vivos para 59,5 óbitos. Objetivando alcançar essa meta, foi firmado o Pacto Nacional pela Redução da Mortalidade Materna e Neonatal entre União, Estados, Municípios e representantes da sociedade civil.

Em 2005 o Pacto foi expandido, com a realização de seminários em 24 estados. Setenta e um municípios apresentaram projetos voltados à redução da mortalidade materna, e o Ministério da Saúde garantiu recursos da ordem de R\$ 31,17 milhões para a intensificação de ações de qualificação da atenção

à mulher e ao recém-nascido. Foi criada também uma Comissão Nacional de Monitoramento do Pacto, composta de representantes governamentais e da sociedade civil, que em 2005 reuniu-se por três vezes.

Avançando no sentido da concretização dos compromissos assumidos no pacto, foi lançada a Política Nacional de Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos, estabelecendo ações para o planejamento familiar entre 2005 e 2007. A partir dessa política, 5.235 municípios tiveram acesso a métodos anticoncepcionais reversíveis, e 209 novos serviços de laqueadura tubária foram credenciados, totalizando 571 em todo o país. Também, foi firmado convênio entre o Ministério da Saúde e a CONTAG no sentido de formar agentes multiplicadores em “Gênero, Saúde e Direitos Sexuais e Reprodutivos” e publicar materiais educativos.

Ainda, regulamentou-se a lei que garante a presença de acompanhante no pré-parto, parto e puerpério; formaram-se doulas em 9 estados; firmaram-se parcerias para a capacitação de parteiras tradicionais e profissionais de saúde indígenas e quilombolas em 9 estados; criaram-se Comitês de Mortalidade Materna para estudos dos óbitos maternos e redução da subnotificação; ampliou-se o número de leitos de UTI na rede do SUS, assim como a cobertura da vacinação dupla (difteria e tétano) entre mulheres em idade fértil; e inseriu-se a questão da mulher negra no debate, com a inserção do quesito raça em pesquisas nacionais e sensibilização de profissionais de saúde para a anemia falciforme.

### **Desafio 3: Segurança Alimentar e Combate à Desnutrição**

O objetivo específico do desafio 3 é promover o direito humano à alimentação e à nutrição adequadas, e as metas são a redução da taxa de desnutrição entre crianças menores de 5 anos de 5,7% para 3,7% e a prevalência de baixo peso ao nascer de 7,7% para 5,7%.

No âmbito do MDS, a Secretaria de Segurança Alimentar e Nutricional (SESAN) promoveu em 2005 ações de educação alimentar, como o “Cozinha Brasil – Alimentação Inteligente”, o “Criança Saudável, Educação Dez” e o “Educação À Mesa”, investindo um total de R\$ 5,5 milhões. Já a Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI) realizou a “Chamada Nutricional”, que avaliou o perfil nutricional de crianças no semi-árido brasileiro, além de ações semelhantes voltadas à população quilombola e indígena. Os dados estarão disponíveis em 2006, assim como os dados do suplemento sobre insegurança alimentar inserido no PNAD 2005.

O Ministério da Saúde atuou a partir dos Programas de Nacionais de Suplementação de Vitamina A e Ferro e a Vigilância Alimentar e Nutricional – SISVAN. Nos casos da suplementação alimentar, além da distribuição da vitamina A e do ferro, foram baixadas portarias (729/05 e 730/05) regulamentando o funcionamento dos programas, distribuídos materiais de apoio de sensibilização para gestores e profissionais de saúde, e realizadas capacitações em todos os estados participantes. Quanto ao SISVAN, o

seu módulo de gestão encontra-se instalado em 3.979 municípios, informando dados de acompanhamento das condicionalidades da saúde do programa bolsa família (PBF). Isso permitiu o acompanhamento de 1,9 milhões de famílias com gestantes ou crianças menores de 7 anos em 2005.

Em ação coordenada envolvendo MDS, Ministério da Saúde e FUNASA, o SISVAN foi levado à população indígena. Em 2005, 12.403 crianças indígenas foram acompanhadas mensalmente. Além disso, foram distribuídas megadoses de vitamina A para 9.162 crianças e cestas de alimentos para 20.025 famílias indígenas.

No âmbito do MEC, houve um aumento no número de nutricionistas atuando no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), de 1.040 em 2004 para 2.700 em 2005. O PNAE atende hoje 37 milhões de alunos e é o maior programa do seu tipo no mundo. Em 2005 investiu-se na inserção do tema da alimentação saudável na pauta do PNAE, com a realização da capacitação de 12 mil conselheiros de alimentação escolar e outros agentes envolvidos no PNAE nas regiões Norte e Nordeste e a implantação de projetos de hortas escolares.

#### **Desafio 4: Atenção à Saúde e ao Desenvolvimento da Criança e do Adolescente**

O objetivo específico do desafio é melhorar a situação de saúde e da qualidade de vida desse segmento populacional. As metas são reduzir a porcentagem de óbitos por doenças infecciosas ou parasitárias ou por infecções respiratórias agudas nos menores de 5 anos, de 14,8% em 2000 para 12,3% em 2007; reduzir as taxas de mortalidade por causas externas para a população de 10 a 19 anos, de 46,7 em 2000 para 41,7 para cada 100 mil em 2007; e elevar a porcentagem da população atendida por equipes de Saúde da Família, de 17,4% em 2000 para 70% em 2007.

No que se refere aos óbitos por doenças infecciosas, parasitárias e respiratórias, em 2004 o percentual foi de 13,9%, registrando assim uma tendência de queda.

No ano de 2005, foram implantadas 3.332 novas equipes de Saúde da Família e 15.369 novos agentes comunitários, resultando em um aumento de 15% e 7%, respectivamente. Com isso, 44,4% da população brasileira é hoje atendida pela Estratégia de Saúde da Família, e 55,5% é atendida pelos agentes comunitários de saúde – a maior cobertura de atenção à saúde coletiva da história do país. Ainda, a saúde bucal teve um incremento de 29% em relação ao ano de 2004, atendendo ao final do ano de 2005 34,9% da população brasileira.

Os Centros de Atenção Psicossocial Infanto-Juvenis (CAPS) atingiram em 2005 a meta de 700 serviços, dentro os quais se destacam os 102 CAPSad, que atendem transtornos relacionados ao consumo de álcool e outras drogas. Por meio de recursos do FNDE, o Programa Nacional de Saúde do Escolar (PNSE) contemplou em 2005 consultas e distribuição de óculos para alunos triados em 2003 e para alunos

com necessidades educacionais especiais, assim como consultas com otorrinolaringologistas e fonoaudiólogos para alunos com necessidades educacionais especiais.

Ainda em 2005, foram inseridas questões relacionadas à saúde e prevenção no Censo Escolar, permitindo mapear a abordagem pedagógica sobre temas como DST/Aids, gravidez na adolescência e drogas. Tal mapeamento gerou subsídios para o planejamento do trabalho desenvolvido junto com estados e municípios, que resultou no Documento Referencial do Programa Saúde e Prevenção nas Escolas. Por fim, o Programa Atenção à Saúde da População em Situações de Violências e Outras Causas Externas vem atuando no sentido de estruturar uma Rede Nacional de Prevenção da Violência, tendo em 2005 firmado parcerias com a SEDH para o combate à violência sexual contra crianças e adolescentes em Belo Horizonte e Fortaleza.

### **Desafio 5: Ampliação do Acesso ao Saneamento e à Água Potável de Qualidade**

O objetivo específico do desafio 5 é modificar a realidade do acesso ao saneamento e à água de qualidade. As metas são: diminuir a porcentagem de famílias sem acesso à rede de distribuição de água de 19,1% em 2000 para 15% em 2007; diminuir a porcentagem de famílias sem acesso à fossa séptica de 23,3% em 2000 para 18% em 2007; diminuir a porcentagem de famílias sem acesso a coleta de esgotos de 36% em 2000 para 31% em 2007.

Em 2005, o governo elaborou o PL nº 5.296/05, que institui diretrizes para os serviços públicos e a Política Nacional de Saneamento Básico, estabelecendo critérios sobre planejamento, regulação, fiscalização e definição de tarifas. Anteriormente dispersas em 80 ações de 24 programas, a partir de 2003 as iniciativas de saneamento foram coordenadas com a constituição de um Grupo Interministerial, resultando num acréscimo significativo dos recursos federais desembolsados ano após ano. Em 2005, foram desembolsados mais de R\$ 1,3 bilhões – 44,3% a mais que em 2004 e 84% a mais que em 2003. Isso sem contar os recursos em empréstimos do Programa Saneamento para Todos, com recursos do FAT e do FGTS, que estão em fase de contratação. O total de recursos disponibilizados por esse meio no Orçamento 2005 é de mais de R\$ 1,9 bilhões.

### **Compromisso II - Provendo Educação de Qualidade**

O governo federal declarou o ano de 2005 como o Ano da Qualidade da Educação, estabelecendo uma agenda de ações para melhorar a qualidade da educação básica. O objetivo do compromisso II é exatamente garantir esse direito humano que é o acesso à escola de qualidade, por meio de quatro desafios explicitados a seguir.

## **Desafio 1: Expansão e Melhoria da Educação Infantil**

As metas definidas para concretizar o desafio 1 são: aumentar a taxa de freqüência à escola da população de 0 a 6 anos, de 35% em 2002 para 65% em 2007; e aumentar a razão entre matrícula pública/privada na educação infantil de 2,59 para 5,00.

No que se refere ao aumento da freqüência, observa-se que em 2004 da população de 0 a 3 anos, apenas 13,4% freqüentava creche, contra 70,5% de freqüência à escola da população entre 4 e 6 anos. Ainda que os dados PNAD 2005 não estejam disponíveis, as taxas de matrícula verificadas no Censo Escolar de 2005 revelam um acréscimo de 4,4% em relação a 2004. Seguindo essa tendência de lento crescimento, a meta será atingida no que se refere à população entre 4 e 6 anos (projeção de 77% para 2007), mas a freqüência à creche ficará muito abaixo do esperado (projeção de 20% para 2007). Por meio da proposta de substituição do Fundef pelo Fundeb espera-se a obtenção de recursos importantes para a educação infantil, o que pode acelerar esse processo.

No que se refere à rede pública, ela representa 57,1% das creches e 73,4% das pré-escolas. Embora a matrícula na rede pública tenha aumentado mais que a matrícula na rede privada, a razão se manteve em 2,5. Cabe ressaltar que isso se reflete no recorte de renda do atendimento: enquanto 8,5% da população de 0 a 3 anos com renda familiar *per capita* de até  $\frac{1}{2}$  salário mínimo freqüentava a creche, 35,3% das crianças cuja renda familiar *per capita* ultrapassa 3 salários mínimos freqüentava a creche.

Em 2005 foi publicada e amplamente divulgada a Política Nacional de Educação Infantil, resultado de amplos debates ocorridos em 2003 e 2004. Entre suas diretrizes, encontra-se a integração das instituições de ensino infantil ao sistema educacional, via a transferência de ações e recursos atualmente a cargo do MDS para o MEC; a proposta encontra-se ainda em discussão no GT organizado para essa finalidade. Outra diretriz é a valorização e formação de professores da educação infantil, que em 2005 iniciou um projeto piloto (Proinfantil) nos estados do CE, RO, SE e GO com o objetivo de formar professores no ensino médio com habilitação para o magistério. Foram atendidos 1.272 professores nessa etapa, e a previsão para 2006 é atender 2.500 professores. Por último, uma das diretrizes refere-se ao estabelecimento de parâmetros de qualidade e de infra-estrutura. Nesse sentido, foram elaborados dois documentos, a partir de debates ocorridos em 2004 com a presença de representantes do sistema de ensino e da sociedade civil: o Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil e o Parâmetros Básicos de Infra-estrutura para Instituições de Educação Infantil.

## **Desafio 2: Ampliação da Educação Básica com Qualidade**

As metas definidas para concretizar o desafio 2 são: elevar a taxa de escolarização líquida do ensino fundamental de 93,68% em 2002 para 100% em 2007; diminuir a porcentagem de crianças de 4 a 14 anos fora da escola, de 34,6% (4 a 6 anos) e 3,5% (7 a 14 anos) em 2002 para 0% em 2007; elevar a taxa de escolarização líquida do ensino médio de 40,1% (masculino) e 52,5% (feminino) em 2002 para 64,16% (masculino) e 73,5% (feminino) em 2007.

Estima-se que 97,1% das crianças entre 7 e 14 anos frequentam a escola, porém essa crescente universalização não gerou melhorias na qualidade da educação, que é assim o grande desafio para o futuro. A taxa de repetência em 2004 estava em 13%, e a taxa de conclusão do ensino fundamental era de 54%; entre os alunos que concluem a 4ª série, 60% não possuem fluência na leitura. Quanto aos professores, em 2004 havia no Brasil 559 mil docentes sem a devida formação.

Entre as políticas adotadas em 2005, a ampliação do ensino fundamental para nove anos foi objeto de dez seminários regionais, que serviram de subsídio para a elaboração e distribuição do encarte *Ensino Fundamental de Nove Anos – Relatórios 1 e 2 do programa*. Além disso, foi encaminhada pelo MEC à Presidência da República a proposta de alteração da LDB com o intuito de ampliar a duração mínima do ensino fundamental para nove anos. Essa ampliação, que já é realidade em muitos sistemas de ensino, possibilitará uma inclusão maior da população de baixa renda e melhora no desempenho dos alunos.

No que se refere ao currículo, em 2005 o MEC promoveu discussões e iniciou a elaboração de um documento que subsidie o debate, nas escolas e nos sistemas de ensino, em torno de sua concepção.

Já quanto à formação de professores, o Proformação atendeu em 2005 7.229 docentes num curso de nível médio em Magistério à distância, se tornando referência internacional e gerando o estabelecimento de cooperações técnicas com São Tomé e Príncipe, Timor Leste e Guiné Bissau. O Pró-Licenciatura selecionou 55 projetos enviados por Instituições de Ensino Superior para a formação em licenciatura de professores das séries finais no ensino fundamental e do ensino médio, projetando atender 60 mil docentes em 2006 após a assinatura do convênio com o FNDE. A Rede Nacional de Formação Continuada de Professoras de Educação Básica, resultado de uma ampla articulação entre órgãos gestores, sistemas de ensino e universidades públicas e comunitárias, formou até o momento 35 mil professores das séries iniciais. O Pró-Letramento, iniciado em 2005 e já em funcionamento nos estados do RN, CE e MA, oferece formação continuada à distância nas áreas de (1) alfabetização e linguagem e (2) matemática para 47.472 professores da rede pública de ensino.

No que se refere aos livros didáticos, foi revisto o modelo de dicionário oferecido, bem como a sua utilização. Ao invés de um único dicionário de 3.500 verbetes, dicionários diferentes para as séries iniciais e para as séries finais contemplaram questões de quantidade e tipo de palavras registradas, assim como a forma de explicar seus sentidos. Os dicionários, que agora fazem parte do acervo da escola, atenderam 519.189 salas das séries iniciais e 245.865 salas das séries finais. Já o Programa Nacional

Biblioteca na Escola (PNBE) distribuiu em 2005 mais de 3,5 milhões de exemplares para todas as escolas públicas brasileiras que oferecem as séries iniciais, além de mais de quatro milhões de revistas de interesse pedagógico voltadas ao público escolar. Ainda, uma pesquisa em andamento irá apresentar um diagnóstico do uso desse material pelas escolas em 2006.

Quanto ao ensino médio, apenas 45,1% dos jovens de 15 a 17 anos estavam matriculados nessa etapa, o que ainda assim representa um acréscimo substancial em relação aos 36,9% de 2001. Além disso, apenas 10% dos concluintes apresentaram desempenho adequado ao nível de ensino, seja na leitura, seja na matemática. Buscando reverter esse quadro, o MEC disponibilizou apoio financeiro e pedagógico para a melhoria do ensino médio noturno; apoio financeiro e técnico para adequação dos espaços físicos para o funcionamento de oficinas e feiras de ciência; a expansão da distribuição de livros didáticos de português e matemática, que devem chegar a todas as escolas em 2006; a inclusão da língua espanhola no ensino médio no prazo máximo de cinco anos, via lei nº 161.111/05; e iniciou os trabalhos para a implantação do ensino médio integrado à educação profissional na maior parte das unidades da federação, com seminários e consultas em vinte estados.

A educação escolar indígena observou uma expansão entre 2002 e 2005 de cerca de 40% no número de matrículas e de 36,2% no número de escolas, devido ao aumento populacional (4% ao ano), ao aumento de demanda por parte dos indígenas, à formação nos últimos 10 anos de 8 mil professores indígenas e da ação contínua da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD) junto às secretarias estaduais de educação. Dentre as ações desenvolvidas em 2005, destacam-se: o apoio a projetos de formação de professores indígenas, beneficiando aproximadamente 78 mil alunos; e o financiamento de 18 projetos voltados à produção de material didático à essa população, beneficiando mais de 36 mil alunos.

A educação do campo no ano de 2005 seguiu a diretriz de destinação de recursos e outros subsídios específicos às necessidades dessa população, incentivando a elaboração de material didático e a formação continuada de educadores que contemplem a realidade local. No ano de 2005, 287.747 alunos foram beneficiados por essa ação, para a qual empenhou-se R\$ 4,3 milhões. Por último, as comunidades quilombolas foram atendidas com medidas específicas de apoio à formação continuada de 1.172 professores, distribuição de material didático para 30 mil alunos e construção de 42 escolas.

### **Desafio 3: Promoção da Educação Especial**

Tendo em vista a igualdade de condições de acesso e permanência na escola de todos os cidadãos brasileiros prevista em lei, a promoção da educação especial é dever do Estado para que a lei se faça realidade. Hoje, 70% dos alunos com necessidades educacionais especiais estudam em classes especiais, e

90% se concentra nos níveis mais elementares do ensino, evidenciando obstáculos ao progresso nos estudos dessa população. Em 2005, houve uma evolução nas matrículas da ordem de 13% em comparação com o ano anterior, devido especialmente ao incremento da rede pública, que passou a responder por 38,8% das matrículas, contra 17% no ano anterior.

Evidenciando essa tendência de avanço na área, resultado do impacto do programa *Desenvolvimento da Educação Especial*, houve em 2005 um crescimento de 80% nas matrículas em classes inclusivas na rede pública em relação a 2004, e um acréscimo de mais de 100% no número de escolas públicas com acessibilidade física em relação a 2003.

#### **Desafio 4: Alfabetização de Jovens e Adultos**

A meta definida para o desafio 4 é elevar a taxa de alfabetização de adultos de 15 anos ou mais de 87,6% em 2002 para 90,5% em 2007. Em 2004, a taxa já havia evoluído para 88,6%, mas tal evolução não deve esconder as discrepâncias raciais (o analfabetismo é duas vezes maior entre negros do que entre brancos) e regional, assim como o fato que apenas 25% da população é capaz de compreender textos mais longos (analfabetismo funcional).

Em 2005, a modalidade de ensino Educação de Jovens e Adultos (EJA) contemplou apoio e financiamento da União a ações de alfabetização promovidas por prefeituras, estados, empresas e ONGs, dentro do programa *Brasil Alfabetizado*. Por meio de um mapeamento Nacional, constatou-se que em 2005 havia cerca de 120 mil turmas de alfabetização de jovens e adultos, atendendo a 2 milhões de alfabetizando em 64% das unidades da federação e dos municípios brasileiros. Para tanto, o programa apoiou a formação de 101.410 alfabetizadores.

Além disso, o MEC tem realizado esforços no sentido de articular o *Brasil Alfabetizado* com o programa *Fazendo Escola*, dentro de uma perspectiva de educação continuada. O objetivo é o enfrentamento da pouca escolaridade em bolsões de pobreza, nos quais se observam baixos índices de término do ensino fundamental, por meio do repasse de recursos para a valorização dos professores, merenda escolar e melhoria do material didático e escolar. Para tanto, o MEC tem orquestrado a atuação do ministério com as Secretarias Estaduais, os Dirigentes Municipais, organismos internacionais, sindicatos e movimentos sociais no sentido de construir uma rede de parcerias que sustente a política do EJA. Em 2005, R\$448 milhões foram aplicados nesse programa.

Por último, há que se destacar a existência de política voltada para a educação de jovens e adultos em áreas rurais, que atendeu 5.060 alunos em 2005; a edição de livros e revistas específicas para o recém-

alfabetizado; e a firmação de convênios para o atendimento de 46.795 alunos pertencentes ao sistema prisional no ano de 2006.

### **Compromisso III - Proteção contra Abuso, Exploração e Violência**

O compromisso III objetiva efetivar a proteção dos direitos das crianças e dos adolescentes, no que se refere ao abuso moral, físico e sexual; à violência contra a criança; e à exploração do trabalho infantil. Para tanto, foram definidos 4 desafios, descritos a seguir.

#### **Desafio 1: Apoio à Criança e ao Adolescente em Situação de Vulnerabilidade Social**

O objetivo específico do desafio 1 é melhorar as condições de vida das crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, via o desenvolvimento de programas voltados à sua proteção e a implementação de ações como a transferência direta de renda às famílias.

Para tanto, foram definidas quatro metas: a implementação de ações para o reordenamento dos abrigos de acordo com os ditames do ECA, promovendo conjuntamente ações que garantam o direito à convivência familiar e comunitária; a adequação do sistema socioeducativo aos preceitos do ECA, ampliando esforços para a investigação e punição de casos de maus tratos e incentivando as medidas socioeducativas de meio aberto; o reordenamento das unidades socioeducativas no sentido de se adequarem à proposta pedagógica prevista no ECA, municipalizando as medidas de meio aberto e instalando plantões interinstitucionais em cidades com mais de 200 mil habitantes; e a criação de programa específico para a proteção de crianças ameaçadas de morte, atendendo cerca de 6 mil crianças e adolescentes.

No que se refere à melhoria no nível de renda familiar, é perceptível que os mais pobres observaram um crescimento maior em sua renda nos últimos anos, resultando em uma redução da pobreza de 33,3% em 2001 para 30,1% em 2004. Em especial, o programa Bolsa Família atendeu 8,7 milhões de famílias em 2005 (cf. projeção) - um aumento de 33,8% em relação a 2004.

O fortalecimento das famílias em situação de vulnerabilidade foi também objeto de significativa melhora em 2005. Por meio do Programa de Atenção Integral à Família (PAIF), foram empregados R\$ 101,5 milhões para o atendimento de cerca de 7,5 milhões de famílias em 1.355 municípios, via a ação dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS). Os CRAS realizam atendimentos socioassistenciais, articulando os serviços disponíveis e potencializando a rede local de proteção social básica.

Por meio do programa Agente Jovem, o governo federal busca promover o protagonismo de adolescentes de 15 a 17 anos em situação de risco, via a capacitação profissional, a atuação comunitária e

a formação para a cidadania. Cada jovem participante, cuja renda familiar *per capita* é inferior a ½ salário mínimo, recebe uma bolsa no valor de R\$65/mês, possibilitando sua permanência no sistema de ensino. Em 2005, o programa expandiu sua rede de atendimento de 56.923 para 112.528 jovens; entretanto, o público-alvo do programa chega a 3,7 milhões de adolescentes, explicitando assim o quanto é possível avançar no programa.

A humanização das medidas socioeducativas é um dos objetivos do Programa de Atendimento Socioeducativo ao adolescente em conflito com a lei, implementado pelo governo federal. Esse programa visa ainda coordenar as políticas para o setor e fortalecer o sistema via a ampliação das medidas não privativas de liberdade. Em 2005 foi constituído o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), resultado de amplo debate entre os vários entes federados e a sociedade civil.

No mesmo ano, com o apoio do governo federal, foram capacitados 2.355 educadores, técnicos e dirigentes de unidades de cumprimento de medida; atualizados diversos juízes, promotores e defensores sobre o tema da aplicação de medidas socioeducativas; construídas ou reformadas unidades socioeducativas em 17 unidades federativas, criando 380 novas vagas; implantados 78 pólos descentralizados de atendimento socioeducativo em meio aberto; atendidos diretamente cerca de 5 mil adolescentes cumprindo medidas de meio aberto; firmados convênios para a aquisição de equipamentos necessários às unidades de internação ou instituições que executam medidas de meio aberto; e modernizadas delegacias e núcleos de defensorias especializados no atendimento a crianças e adolescentes. Além disso, foram debatidas e aprovadas diretrizes que regulam a atenção à saúde a adolescentes em unidades de internação, numa ação conjunta da SEDH e do Ministério da Saúde.

As crianças e adolescentes ameaçados de morte também foram foco de atenção do governo federal em 2005, que protegeu 200 crianças e adolescentes, em conjunto com suas famílias, por meio do Programa de Proteção de Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte.

Por último, no âmbito da convivência familiar, foi discutida a formulação do Plano Nacional de Convivência Familiar, que irá reordenar as ações de assistência às crianças privadas de cuidados parentais, afirmando a prioridade na preservação dos vínculos familiares, o caráter provisório das medidas de abrigo em entidades e a necessária agilidade na adoção de crianças e de adolescentes sem condições de permanência na família natural.

## **Desafio 2: Combate ao Trabalho Infantil e Proteção ao Trabalho do Adolescente**

O objetivo do desafio 2 é dar continuidade à erradicação das formas ilegais de trabalho infantil. Em 2001, 8,52% das crianças e adolescentes entre 5 e 15 anos trabalhavam. Para combater esse quadro, as metas são combater o trabalho infantil em todas as suas formas via ações de fiscalização e promover

campanhas de conscientização aliadas a programas de transferência direta de renda às famílias. Em 2004, os dados da PNAD indicavam que o número de crianças e adolescentes que trabalhavam havia decrescido para 6,9% da população total.

O governo federal atua no combate a essa prática por meio do PETI – Programa de erradicação do Trabalho Infantil. Suas principais ações em 2005 foram o repasse de renda a famílias para a retirada de 1.010.057 crianças e adolescentes do trabalho (contra 930.804 em 2004) e a manutenção das crianças em atividades socioeducativas no período extra-escolar, mediante o repasse de recursos às prefeituras de acordo com a população atendida. No que se refere à fiscalização, as Delegacias Regionais do Trabalho executaram suas ações fiscais de rotina em 375.097 estabelecimentos da economia formal, constatando trabalho infantil em 378 estabelecimentos. Quanto à conscientização, a Escola do Futuro Trabalhador foi implantada em 540 escolas, sensibilizando os alunos no que se refere aos seus direitos sociais e trabalhistas e aos prejuízos do trabalho precoce, enquanto mobilizações nacionais foram realizadas no dia da criança e no dia mundial de combate ao trabalho infantil. Por último, o programa primeiro emprego atendeu um total de 33.706 adolescentes, contra 30.345 em 2004.

### **Desafio 3: Combate à Exploração Sexual de Crianças e de Adolescentes**

O objetivo do desafio 3 é prestar atendimento psicossocial e jurídico a crianças e adolescentes vítimas de exploração sexual. Para o alcance desse objetivo, foram estabelecidas quatro metas.

Primeiramente, foi estabelecida a necessidade de implantar redes de centros especializados no atendimento às crianças, adolescentes e famílias vitimizadas, focalizando áreas de fronteira, rotas de tráfico e grandes pontos de exploração sexual e comercial. Segundo, colocou-se como meta a realização de campanhas de prevenção. A terceira meta diz respeito à manutenção do serviço de recebimento e encaminhamento de denúncias. A quarta e última meta é a capacitação dos agentes participantes do Sistema de Garantia dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes.

Em 2005, o governo federal expandiu a atuação do Sentinela, uma ação voltada para o atendimento às vítimas de exploração ou abuso sexual, que, após estudo que localizou os locais mais necessitados do serviço, passou de 314 para aproximadamente 1.014 municípios, ampliando público atendido de 30 mil para cerca de 51,4 mil pessoas. Outro programa que teve sua atuação expandida foi o PAIR, que é coordenado pela Secretaria Nacional dos Direitos Humanos (SEDH) e promove ações integradas para o fortalecimento de redes locais de enfrentamento à violência sexual infanto-juvenil. Em 2005 foi aprovada a sua expansão para diversos municípios em nove estados, contra seis municípios atendidos no projeto-piloto de 2004. Por meio de diversas parcerias, a SEDH atendeu cerca de 500

crianças, adolescentes e seus familiares em projetos de apoio jurídico e psicológico, bem como em atividades lúdicas, educativas, esportivas e culturais.

Ainda, o Disque Denúncia Nacional contra o Abuso e a Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes, que realiza mais de mil atendimentos gratuitos por dia, foi em 2005 expandido para atender também informações de crianças desaparecidas e denúncias de tráfico de seres humanos de qualquer idade. No que se refere à conscientização, em 2005 a SEDH coordenou as atividades de mobilização do dia 18 de maio, Dia Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, participando também da campanha “Proteja como se fosse sua filha”, que buscou sensibilizar profissionais do transporte sobre crime de exploração sexual e resultou, assim como a mobilização, num acréscimo significativo de ligações para o Disque Denúncia.

#### **Desafio 4: Proteção contra a Violação dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes**

O objetivo específico do desafio 4 é incentivar a implantação em todos os municípios brasileiros dos Conselhos de Direitos e Tutelares, criando ainda órgãos especializados nos direitos da criança e do adolescente em todos os estados brasileiros. A meta é fortalecer o Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente por meio do apoio técnico e/ou financeiro aos órgãos executivos estaduais e municipais, com o poder judiciário estadual e com a sociedade civil.

Em 2005, foi implantada a Rede Nacional de Identificação e Localização de Crianças e Adolescentes Desaparecidos-Redesap. Com o apoio da Caixa Econômica Federal, a SEDH iniciou a implementação do cadastro nacional de crianças e adolescentes desaparecidos, com convênios firmados em 13 estados; realizou um evento de constituição da rede; lançou campanha que incluiu 1 milhão de folhetos informativos, sítio do cadastro nacional e um número 0800 para ligações; ainda, foi aprovada a lei 11.259/05, que proíbe a prática policial de esperar até 48 horas antes de iniciar o processo de busca a crianças desaparecidas.

No mesmo ano, a SPDCA/SEDH passou a figurar como centro focal da Rede Interamericana de Informação sobre Infância, Adolescência e Família, de onde se constituirá a rede homóloga nacional. A base pré-existente possuía 80 mil referências e 3 mil projetos cadastrados em toda o continente americano; em 2005, foram incorporados 7 mil referências e outras informações referentes ao estado de São Paulo. Essa base complementar as informações produzidas pelo Sistema de Informação para a Infância e a Adolescência (SIPIA).

Segundo o SIPIA, em 2005 houve um aumento de 24% no número de conselhos tutelares, 247% no de delegacias especializadas, 35% no de defensorias públicas e 18% no número de centros de defesa. Além disso, foram realizadas ações de capacitação dos atores sociais envolvidos diretamente com o tema,

atendendo 3.120 pessoas; destinados recursos para a criação de 100 conselhos de direitos e 100 conselhos tutelares; distribuídas 5 mil cartilhas de orientação para a participação dos conselhos de direitos; e fortalecidas defensorias públicas, alargando o escopo de atendimento para mais de 12 mil crianças e adolescentes.

Por último, cabe ressaltar os avanços observados no próprio SIPIA. Buscando suprir lacunas de informação, subsidiando assim o diagnóstico e a atuação em casos de violação e garantia de direitos, o SIPIA em 2005: acrescentou 665 conselhos tutelares aos 1.400 já atuantes na rede de monitoramento de violações de direitos; implementou a versão *web* do sistema de monitoramento do sistema socioeducativo em seis estados; implementou em oito estados do módulo que coleta informações sobre colocação familiar e adoção; e armazenou quase 10 mil cadastros de conselhos tutelares e de direitos em todo o Brasil. Esse cadastro revela que em 88% dos municípios há um conselho de direitos funcionando, enquanto o conselho tutelar é presente em 82% dos municípios brasileiros.

#### **Compromisso IV - Combatendo HIV / AIDS**

O compromisso IV tem por objetivo reduzir os casos de HIV/Aids no Brasil. Entre 1980 e 1998, houve um aumento no número de pessoas infectadas no país, cenário que se reverteu parcialmente desde então. Nesse período, observou-se uma expansão da epidemia dos chamados “grupos de risco” para o universo da população, aproximando-se o perfil do portador do vírus HIV do perfil do brasileiro médio. Nesse sentido, coloca-se como problemática o aumento no número de crianças e adolescentes infectados, seja pela relação sexual desprotegida no caso dos jovens ou pelo contágio da mãe no caso dos recém-nascidos. Para enfrentar a questão, foram firmados três desafios.

#### **Desafio 1: Redução da Prevalência do HIV entre Homens e Mulheres Jovens com Idade entre 15 e 24 Anos.**

O objetivo do desafio 1 é estagnar os indicadores de incidências de Aids entre jovens brasileiros. Para atingi-lo, o projeto Saúde e Prevenção nas Escolas destaca-se pela sensibilização de crianças, adolescentes e professores, com a distribuição de preservativos. Ainda, o último censo escolar demonstra que 99% das escolas da rede pública de ensino médio desenvolveram ações de orientação sexual. Como consequência, observou-se um aumento do uso de preservativo na primeira relação sexual, de cerca de 42,5% em 1998 para cerca de 60% em 2005. Quanto à distribuição de preservativos masculinos, apesar na dificuldade de aquisição desse insumo, foram distribuídas em 2005 251 milhões de unidades.

## **Desafio 2: Redução da Prevalência do HIV entre Bebês e Crianças**

O objetivo específico do desafio 2 é reduzir em 45% a taxa de prevalência de HIV em bebês até 2007. Tendo isso em mente, a principal medida é, ainda no início da gravidez, realizar o diagnóstico da doença, de forma a iniciar a Terapia Anti-Retroviral. Atualmente, tal diagnóstico está bastante condicionado ao pré-natal oferecido pelo SUS; o indicador atual é muito favorável, pois mais da metade das gestantes realizam o teste de HIV no Brasil. Nos estados do Sul, Sudeste e Centro-Oeste, esse número gira em torno de 70%, mas no Norte e no Nordeste o percentual cai para menos de 25%.

## **Desafio 3: Apoio aos Órfãos, às Meninas e aos Meninos Infectados pelo HIV/AIDS**

O objetivo específico do desafio 3 é garantir o suprimento lácteo a 100% do universo de crianças filhas de soropositivas por seis meses. As ações do governo federal na área previam uma atuação intersetorial, incluindo apoio psicossocial; devido às dificuldades de implementação da proposta, o programa nacional de DST/Aids repassou cerca de R\$1 milhão para 27 projetos de Casas de Apoio à Crianças, beneficiando 795 jovens.